

BOLETIM

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae
São Paulo - Setor de Publicações - Ano V, nº 21 - Novembro-Dezembro de 1995

COMISSÃO COORDENADORA GERAL

Prestação de Contas - Tesouraria

Esta prestação de contas se refere ao período de 01/08/95 a 26/12/95. Nossa previsão de gastos para o período de agosto 95 - fevereiro 96 foi de R\$ 19.090,00. Neste total estavam incluídos os gastos com salário e encargos sociais da secretária, que totalizaram R\$ 9.060,00; como você sabe o salário e encargos da secretária passaram a ser responsabilidade do Instituto a partir de setembro 95. Em agosto nosso gasto com a secretária foi de R\$ 1.081,58. Portanto a previsão agora corrigida é de R\$ 11.111,58. Pagaram a semestralidade 116 membros, 89 ex-alunos e 27 alunos, o que corresponde a R\$ 9.954,00. Nossas entradas e despesas ficaram distribuídas conforme quadro apresentado ao lado.

Você deve considerar que ainda teremos despesas e contas pendentes a pagar nos meses de Janeiro e Fevereiro de 96, portanto o saldo de 9.812,23 ainda não corresponde ao fechamento do semestre (segundo número do Boletim, despesas com xerox, parte da taxa relacionada ao uso do anfiteatro). De todo modo, fecharemos com

saldo positivo.

De um lado fizemos uma previsão de gastos maior do que aconteceu de fato, por outro tivemos alguns gastos não previstos no orçamento (por exemplo, despesas com supervisão do Setor Saúde Mental, viagem do Grupo de Estudos).

O valor da primeira semestralidade de 96 ainda será decidida em reunião da CCG; no cálculo, o saldo positivo será considerado.

Entradas		Saídas	
Eventos:	4.440,96	Eventos:	2.370,61
Semestralidade:	9.954,00	Percursos:	1.990,80
Caixa 1º semestre:	2.659,13	Salário Secretária:	1.081,58
Reembolso Percursos:	230,00	Grupos de Estudos:	568,31
Grupo de Estudos:	761,94	Saúde Mental:	497,00
Total:	18.046,06	Boletim:	500,00
		Papelaria:	259,80
		Xerox:	797,38
		Assembleia:	370,00
		Correio:	135,00
		Fita livro (transcrição):	125,00
		Despesas Bancárias:	32,97
		Total:	8.233,83
Saldo:	9.812,23		

EDITORIAL

O Boletim está atrasado. Isto se deve ao fato de considerarmos importante a inclusão do material da Assembleia de Dezembro antes da próxima, programada para Março.

Chamamos a atenção para a nova forma de transcrição do debate de Percursos, em prol de um texto mais ágil, com leitura mais interessante.

Clínica e Grupo de Estudos também estão aqui presentes.

Através do relato desses três grupos, vemos a boa produtividade dos setores.

Condições estão sendo pensadas pelo Departamento, como um todo, para que esse trabalho seja garantido e ampliado. E esperamos que no sentido de mais e mais pessoas sendo melhor beneficiadas, sejam quais forem as maneiras a ele vinculadas. Tanto os colegas quanto a população em geral.

E.W.

L.C.

ASSEMBLÉIA

Transcrição

No texto que se segue transcrevemos, o mais cuidadosamente possível, as falas de cada um na assembleia de 2 de Dezembro. Na pauta, a questão da "abertura do Departamento" a partir do documento elaborado pelo grupo por isto responsável.

Nosso empenho neste trabalho deveu-se por

entendemos que este foi um momento particularmente importante, vide a discussão que se deu durante esse encontro.

Além do registro fica aqui também uma preparação para a próxima assembleia, a ser realizada provavelmente em março. Portanto, se alguém considera

que o que está escrito não corresponde à sua fala em determinado momento, favor nos contatar para enviarmos errata antes da mesma. Vamos ao texto:

Os principais pontos do projeto de pertinência foram expostos em posters de modo que as pessoas pudessem acompanhar a apresentação feita pela co-

missão de pertinência (CP).

Ízabel V. começa apontando que nossa discussão está consoante com aquela do Instituto Sedes a respeito de quem são seus membros, quais são os departamentos reconhecíveis, etc. Nosso departamento tem servido como parâmetro para reconhecimento desses outros e de seus membros por sua consistência estatutária, andamento de suas atividades e por ter sido o primeiro a ser fundado (10 anos). A abertura do departamento foi decidida na Assembléia do dia 13/05/94, e ficam pendentes outras três questões: criação do setor clínico, destino do extinto setor eventos, e situação do boletim.

Fátima, membro da CP e CCG faz um apanhado do modo como se chegou proposta (questionários, visitas aos setores, recebimento de propostas, material de estatutos, regulamentos, boletim, atas de reuniões da CCG). Desde que o departamento existe estas questões vêm sendo trabalhadas; identificaram as questões e suas tendências de enfoques não claras para ninguém em suas diferenças. Quatro eixos foram tomados:

- 1 - "Abertura: para que e para quem".
- 2 - Critérios para o reconhecimento da condição do membro.
- 3 - Instância responsável e específica para aplicação dos critérios e procedimentos.
- 4 - Diferenciação entre os membros através das categorias.

Esta proposta apresenta uma posição para ser trabalhada na Assembléia - não se identifica com nenhuma posição a ser defendida.

Cleusa Pavan: pergunta sobre os membros fundadores. Os de 1970 ou os de 1985?

Cristina O.: 1985, quando se fundou o Departamento de Psicanálise.

Ana: A origem é importante. O que aconteceu com quem fundou e não está? É com quem está?

Cristina O.: Lê a proposta, em relação a pergunta, no texto da comissão. (página 10)

Laurinda: Para nós a demarcação do tempo de origem se deu na criação dos diversos setores, o curso é pré, houve um momento mais complexo, inserção de diferentes lugares. Importante marcar momento de origem, independente de termos membros fundadores. Há também a questão da abertura, mas abrir não só para fora, mas é para nós mesmos.

Flávio: parece uma "fechadura" para quem já está dentro; 5 anos... assento para fundadores...

Laurinda: explicitar os lugares deixa mais claro a possibilidade de reconhecimento que têm sido uma questão constantemente trazida. Reconhecer é para abrir. É importante saber do sentimento geral que a proposta causa.

Ana Leal: Você (Flávio) fez a proposta onde queria demarcar lugares.

Flávio: Há medidas retroativas nesta proposta. Agora estamos todos juntos, refundando o Departamento,

visto que até aqui podia tudo; (bastava se matricular) e agora é pensar daqui para frente.

Ana Sigal: não estamos refundando, e sim modificando. Refundar seria negar a história. Pretende-se um reconhecimento pelo trabalho, diferenças de notório saber, reconhecimento pelo investimento feito. As categorias não devem ser acadêmicas, mas sim relacionadas ao que cada um investe. Há pessoas que estão aqui há 10 anos, há 5, há 2 portanto implicam em lugares diferentes. Deve haver um reconhecimento público.

Cleusa Pavan: não se trata de refundação mas de um momento novo - de Departamento de Psicanálise a Associação de Psicanalistas. Uma Associação não propõem um Centro de Estudos. Já está no estatuto, mas é preconceituosa, receio de que isto reifique a clínica. A abertura é para nós mesmos, para os outros, para a diferença. Psicanalistas que trabalham com a subjetividade, não só ligado a clínica. Não é ciências humanas contra a Associação de Psicanalistas.

Por outro lado pergunta sobre a questão do tempo - Há membros que estão em intensa atividade há 3 anos, e outros há 10 anos só pagando.

Ana S.: Não é isto que diz a proposta.

Cleusa P.: Quanto a questão dos membros fundadores sim. Há o reconhecimento do momento histórico; onde está a origem - o mito de origem não está em 85, mas em 70. Você está no grupo da Regina ou no do fulano? O modo de pensar e produzir a Clínica é o que marca, e não o Departamento e seus diversos setores.

Cida: Há que se fazer nomeações. Estou aqui há 2 anos, sei que há história anterior, pode-se reber a história via a produção; Associação de Psicanalistas não entra em conflito com o fato de ser um espaço de ciências humanas. Estamos nomeando já com uma referência. Tenho conhecimento do Departamento depois de 2 anos de trabalho, mas este conhecimento depende de onde você está no Departamento. Há que se nomear, gostei da divisão, tem que ser aperfeiçoada mas já está aí. Porque fechamento?

Flávio: Todo mundo é membro. Quando marquei lugares fui chamado de carreirista. Esta proposta da comissão é política. Esperava um trabalho de organização de propostas. Não há reserva de mercado para quem tem um cargo, ou outro. O risco é que não haja fundador nenhum. Fundador vai ter cadeira cativa. Nossa política é mais aberta. Não devemos ser duros com quem está. Pode-se confiar mais no aluno, diminuir as exigências com o aluno. Há uma ruptura total. Facilita para quem vem de fora, e dificulta para quem vem de dentro. Vocês propõem uma contagem de tempo como no funcionalismo público. É difícil avaliar o mérito. Momento novo: igualdade para todos.

Heide: 5 anos de participação não é critério suficiente. Os critérios devem ser iguais a todos. Todos têm que se submeter a apreciação. Estive aqui em 85, me afastei, voltei. Houve um desvio e agora estaria se tratando de resgatar algumas propostas de 85. Que o curso

não fosse a única via de entrada, já estava lá.

Laurinda: O pedido de pertinência agora é só assinar e pagar. A pertinência se baseava em trabalho. O procedimento está aqui para discutir. O espírito está sendo resgatado estou satisfeita. Associação, abertura, e o trabalho como critério. Estamos mantendo o estatuto.

Flávio: Não somos obrigados a manter o espírito

Heide: Esta instituição tem fobia da formalização. Os critérios devem ser definidos por algum tempo. Mas nada deve ser impreciso.

Cida: Dureza é diferente de firmeza.

Cristina: A comissão fez muito esforço. Emitimos? documentos. A 1ª parte é um relatório da comissão. Compilamos todas as propostas que chegaram por escrito. E fizemos uma proposta própria da comissão.

Na página 4, item III é o ponto mais virulento: como ficam os atuais membros do Departamento. Friza que tornar-se-iam membros efetivos automática todos que tenham se implicado no departamento há pelo menos 5 anos até final de 95, se assim o desejarem. Agora estamos fechando um período. O Departamento foi existindo na prática agora estamos repensando. É uma reformulação do Departamento. Tempo é um critério, é um balisador, que pode ser questionado. Não pode ficar tudo como está. Neste sentido há sim um fechamento.

Cleide: A proposta apresentada atende a necessidade colocada no Congresso Interno de demarcar lugares. Lugares inespecíficos criam desconforto. Concordo com Heide que para este Departamento normatizar é fóbico. Ao contrário, demarcar lugares é valorizar a história. A história da fundação deve estar marcada não só pelos fundadores mas pelos princípios, pela política institucional que estavam em jogo no ano de 1985. Assim não concordo com a idéia apresentada de membros fundadores.

Ana S.: Fica difícil avaliar o tempo e também o reconhecimento pela produção. É importante valorizar a possibilidade de compartilhar o trabalho da clínica com os colegas. Isto sim seria um balisador importante. Todos podem ser reavaliados. Uma aluna me perguntou: por que tenho que ser reavaliada? Respondo: por que você não pode discutir seu trabalho? Não se trata de preencher um formulário cada um deve sustentar sua clínica, poder falar do seu percurso, responder pelo seu momento de formação. Alunos do 1º e 2º anos disseram: "somos membros e não concordamos que somos iguais a todos os outros. Queremos estar, mas queremos saber onde". Ser admitido no curso é diferente de o ser no Departamento.

Eliane B.: lembra que segundo a proposta os membros aspirantes não podem representar o Departamento para fora. Diz que o trabalho dos supervisores na Saúde Pública, fazer o Curso de Psicose e até mesmo pensar no Curso de Psicose ficaria segundo os critérios da categorização sugerida impossível. Seria impossível pensarmos como nos diferenciarmos sem que as categorias se tornem inibidores para a produção, é

verdade também que quem está no curso não é automaticamente membro, uma vez que vai se descobrindo o Departamento aos poucos.

Cleusa P.: Quem vem de fora e tem um trabalho maraviado e estaria apto a representar o Departamento?

Ana S.: Pode vir da França, mas não conhece esta instituição.

Izabel V.: A questão do tempo é secundária. Vamos retirá-la do centro da discussão. A questão é decidirmos se deve haver ou não categorias.

Fátima: Esta é a proposta de 5 pessoas. Minha proposta de gestão que era mais aberta: mudei. As consultas, o trabalho de elaboração com os membros, as suas respostas Flávio, estão aqui. O eixo: os lugares, as funções; o engajamento no Departamento. Antes só havia o trabalho no curso, agora há o desenvolvimento das atividades dentro dos setores, procuramos as tendências.

Ângela: o que é fundamental sobre pertinência é o trabalho, onde está isso na proposta?

Fátima: pág. 3, item 2 (L.E).

Mara: Está ficando mais uma questão de política institucional do que um reconhecimento institucional do trabalho.

David: Diz que Flávio estaria falando do direito adquirido de quem já se tornou membro do Departamento e, no sentido que Eliane levantou, deixaria de sê-lo. O nó da questão está na pág. 7, g/h/i/k. Proponho: quanto aos procedimentos para a admissão, tanto para os membros efetivos e aspirantes que seja feita publicamente e a questão seria: qual seu projeto para o Departamento.

Renato: cumprimenta a comissão pelo trabalho e sua consistência, e por ter conseguido juntar coisas tão disparatadas. A seu ver todos que estão no Departamento devem figurar igualmente com exceção dos membros fundadores; eles tem o direito a esta categoria especial. Não seria uma questão de vaidade mas o fato de terem lutado, trabalhado proposto, e teriam então direito a esta diferença simbólica. Mas os direitos seriam os mesmos, votariam e seriam votados. Quanto aos aspirantes este nome lembra a categoria militar. Todos que já estão seriam admitidos, teriam um direito adquirido, todos entrariam na mesma categoria, independente da cláusula de tempo - entraram segundo as mesmas regras - os que estão há mais tempo vão ter que engolir o fato de estarem todos na mesma categoria.

Alunos do curso não teriam nenhuma prerrogativa como membros, em relação aos que vem de fora; todos os que não são membros associados devem passar pelos ritos que devem ser públicos. Se for aluno do 1º ano, e a comissão considerar que este aluno tem condições de ser membro deve sê-lo. Qualquer pessoa pode apresentar seu pedido e ser aceite ou não.

Dodora: Esta comissão foi eleita para facilitar seu trabalho em (3) três meses. Entendo que o prazo não foi

suficiente, mas os membros deveriam ter sido informados. A questão da autonomia dos setores deve ser melhor discutida.

Quanto a fundação da instituição, de qualquer uma, deve ser valorizada.

A Psicanálise foi fundada por Freud, e isso tem sua importância. Foi Freud e não Nietzsche quem fundou a Psicanálise. Os dois fizeram contribuições que os colocam em lugares distintos. A Igreja Católica foi fundada por 17 pessoas - apoiou o nazismo e agora fez a opção pelos pobres. As coisas mudam. O Departamento não foi fundado na época do curso, o curso foi um germe. A história toda deve ser resgatada. Fundadores devem ter assentos marcados? Apenas um reconhecimento, fundaram o Departamento. Não deve ser uma categoria, sendo seria um retrocesso. Lugares marcados cristalizaria-os. Os membros fundadores podem estar ou não e isto não deve ser segmentado como posição. Quanto a retroatividade, é problemática. O que fazer com quem já está? O critério deve ser o trabalho, não o tempo. Os setores podem definir isto. Sobre a questão que a Cleusa levantou penso que a Clínica deve ser reificada, a Clínica tem na Psicanálise um assento incontestável.

Cleusa: Os membros efetivos devem ser caracterizados a partir da idéia do trabalho. Sabemos que há pessoas que só pagam e não estão presentes, mas ouvindo o Renato a proposta dele agora faz mais sentido.

Lica: Respondendo a Eliane: O projeto não é para inibir o trabalho, a competência do analista. Pensamos que as pessoas devem ter um tempo na instituição. Querer pertencer, já reflete uma simpatia, mas pode não conhecer a instituição. Para poder representar o Sedes tem que ter um tempo interno. Não se trata de considerar uma maior ou menor competência, mas é necessário tempo para conhecer a instituição, e portanto poder representá-la. Os fundadores devem ser nomeados, acho interessante a fala da Dodora. Deve haver uma diferença entre membro fundador e fundador, pois há fundadores que não são mais membros.

Miriam: Quero falar como fundadora nata. Eu não quero este nome - sou sem isso. Demarcação de lugar a priori não garante nada. Espanta-me que tenha se passado a acreditar que o lugar de cada um seja garantido por esta demarcação a priori.

Cleide: No setor de grupo de estudos nós fazemos uma seleção para o ingresso de novas pessoas, que entram como aspirantes e há todo um processo para entender o trabalho do setor, para perceber o funcionamento do Departamento, quais as diretrizes; isto tudo leva tempo sim para que a pessoa possa entender, sugerir, criar dentro, - o tempo não serve para fazer a cabeça, mas sim para uma transformação mútua, o tempo é necessário.

Laurinda: Pede que Miriam fale mais; diz que a questão é séria e pergunta-lhe como então podemos nos organizar. Quanto a fala da Eliane talvez pudéssemos pensar que os setores se organizem para dizer quem

são os membros autorizados. É favorável ao nome de membro associado, e neste momento devem ser todos membros efetivos. A partir da fala da Mara pensa que que somos todos membros efetivos teria que haver certas condições para se ocupar lugares políticos. Com ela que os membros fundadores tenham as mesmas funções dos membros efetivos.

Ângela: Entende que esteja havendo um certo deslizamento; o reconhecimento da pertinência pela produção coletiva para a produção individual. Quando se perde de vista a produção dentro do Departamento enquanto produção coletiva coletiva, o que é que se está querendo?

O Departamento não deve ser uma corporação somatória de percursos individuais. Deve-se levar em conta a produção dentro do Departamento.

Cida: Talvez uma primeira função da comissão de pertinência seja convidar os membros inscritos a apresentarem algo escrito sobre sua proposta.

Renato: todos aqueles que são membros ativos - os que estão nos setores seriam membros efetivos e ponto final. Membros que não trabalham podem receber um convite para fazê-lo dentro de um prazo determinado. Quem não o fizer está demonstrando que não está interessado, seria membro associado, podendo depois vir a ser efetivo, quando solicitá-lo. É mais respeitoso com o desejo e a atividade de cada um. Seria uma fase de transição.

Nelson C.: Coloca-se frontalmente contra a proposição de se legislar para trás. As diferenças vão poder aparecer no trabalho. Que os setores possam ser reforçados na sua autonomia. Quanto a questão do tempo 5 (cinco) anos seria um absurdo, deveria ser algo próximo a 1 (um) ano.

Renata: Parabeniza a comissão; é difícil intervir no trabalho que sabe-se levou muito tempo para ser realizado. Mas há problemas de fundo.

Cristina: foi feito para receber intervenções

Renata: Do lapso da Eliane "fazer" o curso, que os outros insistiam como "dar" o curso, vejo a dificuldade de se reconhecer a produção já feita. O Departamento está presente em várias produções e de alguma maneira a gente fica se questionando sobre ela. Por que não dar importância as produções individuais, coletivas já feitas, também nas outras instituições o livro de Alcimar, artigo da revista, trabalho nos convênios, projeto da clínica. E nós nos perguntamos sobre a legitimidade da produção. O mito de origem tem várias versões; se plasmarmos a categoria de membro fundador estamos legitimando um tipo de poder que terminaria com a morte. A idéia do fundador traz o recálque primário, o mito das origens que cristaliza a imaginalização do poder e não da circulação da história. Começou se a pensar em Departamento forte quando se começou a pensar em curso de bastardos - aqui o congresso tentava dar conta disto. Na época do final da sua doença, Regina contou que não se chamava Regina, mas sim Kaissa, nasceu na Rússia, mas foi repriv

trada como brasileira. Havia muita produção e a impressão de estar sempre relegada ao lugar da clandestinidade, como os que se associavam ao curso tem esta marca, que causava grande incômodo. Sofreu muito por ter sido recusada na Sociedade. Regime tinha muitos senões com a criação do Departamento. Logo depois, na fundação, como se tivesse feito um luto da clandestinidade, ela estava presente com muito entusiasmo. Estaremos sim num momento do Departamento se podermos legitimar os que já estão. Isto sim seria refundar o Departamento legitimar as produções individuais e coletivas, qualquer tipo de produção.

Izabel V.: Propõem que na 2ª parte da Assembléia se possa votar a decisão de ter ou não categorias de membros e quais categorias.

INTERVALO

Izabel: Devemos priorizar alguns assuntos. A comissão de pertinência encerra seu trabalho neste momento. Como encaminharemos as mudanças da proposta - se escolherá uma nova comissão ou a CCG se encarregará disto?

Renato: Proponho que esta comissão permaneça mais um pouco de tempo para elaborar os resultados desta reunião se eventualmente não pudesse votar tudo.

Alguns membros da comissão dizem que sua função está cumprida e que não tem esta disponibilidade.

Sérgio M.: Critica proposta de que aqueles que estão terminando o curso fiquem em pé de igualdade com os que vem de fora. Não seria um desrespeito com o próprio curso que é do Departamento? Por que este problema com quem termina o curso?

Ângela: sugere que se defina o eixo da discussão nestes poucos minutos. Organizar e formular alguns lugares que devem ser mais visíveis, como receber as pessoas vindas do curso, sobre o mesmo fundador, os 5 (cinco) anos, etc. Outro: critério de como tomar mais visível e respeitar o que sempre foi importante: a produção. A comissão de adendo tinha a função de levantar o que já estava sendo feito, dar visibilidade a produção, as políticas efetivadas nos diferentes setores, junto com a comissão de pertinência. É importante que isto sirva de subsídio a questão da categorização de membros, lugar de reconhecimento das hierarquias.

Cristina: Aceita-se ou não categorias e se categoria implica em hierarquia?

David: Há nas falas da Ângela, Renata, Miriam algo em comum: reconhecimento da produção. A questão que se coloca é como operacionalizar sua valorização. Acho excelente a proposta do Renato: fala de um prazo de 6 (seis) meses. Pressupõem que os setores estejam abertos. Mas não estão necessariamente. Ai sim faz sentido a comissão de adendo que poderia ter seus trabalhos convergidos com a Comissão de Pertinência.

Cleide: A comissão de adendo tem um prazo de 1 (um) ano. Primeiro foi feito o levantamento do trabalho escrito. No começo de 1996 vamos aos setores para sa-

ber como funciona e apresentar na próxima Assembléia.

Miriam: não é a favor que fique tudo aos Deuses dar. Tende a achar que é possível ter como critério a produção não a petrificação de lugares. A categorização deve ter como eixo a circulação por funções. Estabelecer lugares via a produção e criação.

Ana S.: O que nos guiava o tempo todo era de que maneira poder-se-ia avaliar esta produção. Há muita dificuldade para interrelacionar as diferentes questões que dizem respeito ao projeto como um todo.

Existem dois movimentos: produção e exercício de poder. Que nem sempre andam juntas. Há momentos de evolução.

Renata: É isto que temos que superar. Isto é o que de pior pode acontecer numa instituição.

Ana: Mas isto existe.

Ângela: O eixo maior da produção deste documento tem a ver com o político, e neste sentido não contempla o reconhecimento dos membros pelo que se faz. Não é só produção escrita.

Izabel: O eixo do trabalho feito é a discussão dos lugares políticos da instituição, e por outro lado do reconhecimento da produção. A política pelo que eu tendo foi sempre indissociável da produção do Departamento.

Renato: Sim, a comissão se preocupou com a questão da produção; os critérios estabelecidos pela comissão são claros; há preocupação com a produção e não só com os cargos e carreira. Para ser membro efetivo não precisa ter cargo. Concordo com a Miriam que não deve haver uma petrificação dos lugares. O proposto seria uma circulação orientada, do 1º grau para o grau seguinte. Os processos estão definidos. O problema do direito adquirido, os membros que estão envolvidos nos setores deveriam ser membros efetivos e ponto final. O que não estão neste caso, é para ser debatido. Todos os membros devem ter alguma oportunidade, pode-se constituir novos setores ou realizar outras funções. A questão do curso tem a ver com o acesso a determinadas posições dentro do Departamento. Entrar no departamento é uma questão de desejo individual; aqueles que estão no curso ou que tenham terminado o curso não podem ter posição ex-officio.

A pessoa deve solicitar a entrada no Departamento independente de estar no primeiro dia do curso ou no último. O fato de fazer o curso não deve dar regalos a ninguém. Deveria haver membros associados, efetivos (todos os que estão nos setores) alguns teriam a oportunidade de apresentar requisito para ser um ou outro. Ser aluno não é equivalente a trabalhar no setor.

Para trabalhar na CCG o membro deve ter alguns pré-requisitos, deve haver uma regra conveniente, que sirva para qualquer membro. Quanto menos princípios, melhor, funciona mais facilmente.

Nelson C.: Devemos começar a votar.

Izabel: Deve haver ou não categoria?

Lucia F.: Para que votar se as discussões estão sendo importantes. Deveríamos continuar a discutir nos setores e depois votaremos na Assembléia.

Izabel: Quanto mais pudermos avançar a discussão da proposta mais elementos teremos para a próxima Assembléia.

Renata: Tenho uma proposta em cima da questão do reconhecimento. Que se organize anual ou bianualmente um livro onde se publique tudo o que cada membro está fazendo, produzindo, individual ou coletivamente, interna ou externamente, e onde cada um anda. Anualmente se faça um congresso no estilo do que foi feito, da produção dos setores.

David: Gostaria de marcar um momento importante na fala do Renato e da Dodora. Isto não é uma questão de apêndice mas de suma importância - como se dá a abertura ou não dos setores que a comissão de adendo possa ficar atenta a isso.

Mário F.: A questão política é importante, é de todo desinteressante desvalorizá-la. As relações entre Psicanálise e política devem ser pensadas - a questão do poder, da formação, da circulação entre setores, a existência de espaços para produção dentro do Departamento, a modalidade de funcionamento dentro dos setores, isto tudo faz parte do fechamento do Departamento.

Criar espaços de reconhecimento múltiplos não é garantida por passagem de categoria - esta sim que é uma expressão de poder.

Quando se liga o reconhecimento a categoria há um perigo de carreira. O reconhecimento não pode ficar só no político, se fazer só no político.

A produção clínica é importante - pois é via a clínica que vai se fazendo diferenças. Depois do curso há muito pouco espaço para a produção clínica. Ela fica escondida. Isto não se resolve só por regulamentação, tem que se pensar em outras coisas; deve haver estímulo para produção de espaços.

Sou contrário a hierarquias, a extratos.

Cristina: Com que eixo vamos trabalhar? Estamos aqui para discutir a entrada de novos membros. Se houver outros critérios como os da Miriam, que se trabalhe nisto. Afinal, qual é nosso objetivo.

Izabel V.: Marcaremos nova Assembléia para o mês de março.

Tera: Não adianta passar tarefa para membros ou setores. O documento já é um reflexo do Departamento. Se estiver refletindo uma só parte, sugiro que as pessoas que tenham outra coisa para dizer se organizem e as proponham.

Izabel V.: A Comissão Coordenadora Geral se responsabilizará por trazer novas propostas, se houver.

Eva W.
Lourdes Costa

DOS SETORES

Publicações - Percursos

Percursos n° 14: Debate Autores-Leitores (7.10.1995)

Transcrição: Eliana Borges Pereira Leite e Ana Maria Amaral

Edição: Renato Mezan

Renato abre a reunião explicando as modificações na dinâmica do debate. Observou-se que, nos encontros anteriores, ocorreram polarizações em torno de certos artigos; para evitar isso e permitir que todos sejam comentados, algumas pessoas da equipe da revista e professores do curso foram convidados a elaborar questões iniciais sobre cada texto. Seguiremos a seqüência da própria revista.

Rubia Nascimento comenta o artigo de Pierre Aulagnier:

A angústia é efeito do enfrentamento entre o Ego e o que não tem nome; a nomeação só acontece a posteriori. O texto vai estabelecendo as relações entre a angústia e a identificação. É pela natureza da identificação que se reconhece a fonte da angústia. O desejo emerge como resposta. Na distância entre a demanda e o desejo, é possível reconhecer os quatro destinos da angústia: as identificações que estarão na base da normalidade, da neurose, da psicose e da perversão. A autora discute as relações entre identificação e angústia nestes quatro destinos. É possível ainda pensar nas incidências disso na clínica. Na clínica do neurótico, as fontes da angústia de desvelam a partir do silêncio; já na clínica do psicótico, isso acontece a partir da presença e da palavra do analista.

Cristina Oeariz comenta o texto de Chaim Katz, que não pôde vir ao debate.

Cristina diz que o texto coloca em questão as regras e normas do processo psicanalítico. Levanta a possibilidade de diversos procedimentos terem diversos efeitos, e de que pode ser mais importante levar em conta os princípios éticos do que os técnicos. Lembra a fala de Freud no congresso de Nuremberg: adequar as técnicas às diversas circunstâncias. Sentiu-se chamada ao texto pela leitura pouco convencional de Chaim, mas se pergunta por que ele seguiu este caminho. Acha que o texto deixa transparecer uma leitura simplista e simplificada do Édipo. Sua impressão é de que a profundidade dos conceitos freudianos não é muito bem tratada no texto. Comenta que certas linhas de pensamento vêm maltratando um pouco os conceitos psicanalíticos, sem os ultrapassar.

Mara Selaibe comenta o texto de Deborah Sereno sobre a produção do filme da Miriam:

A leitura a foi levando a um paralelo entre as induções do louco de rua e o psicótico acompanhado: o primeiro vai sozinho e vive seu repertório de cenas na sua relação com os locais da cidade; já o psicótico que tem acompanhamento terapêutico vai poder construir outras cenas, que poderão ajudá-lo a se "des-cristalizar". Há paralelos e diferenças. Gostaria que Deborah falasse a respeito do tratamento que a cidade dá ao louco de rua, sobre a especificidade que tem a viagem do louco pela rua.

Ana Maria Sigal comenta o texto de Luis Celes:

Diz que gostou muito do texto, cuja leitura implica um esforço. É sempre difícil falar sobre angústia. O texto faz o percurso do conceito de angústia em Freud, localizando-o e estabelecendo diferenças entre a primeira e a segunda tópica. Ana colocaria duas questões a partir do final do trabalho: 1) o texto desprezasse do conceito de negatividade, que vem da filosofia, e coloca a angústia na positividade. Dá a possibilidade de se pensar em duas clínicas a partir da angústia: a da falta (negatividade) e a da pulsão (positividade). 2) Uma outra questão seria a relativa à segunda tópica e ao lugar do superego: que relação Luis vê entre o superego, a angústia e o desejo?

Renato Mezan comenta o artigo de Purificación Barcia Gomes:

O artigo sugere que a histeria é hoje uma perturbação cujos vínculos com o narcisismo são hoje mais intensos do que em 1905. A autora concorda com esta leitura? Quanto à idéia de analisar a necessidade que visivelmente os livros de Paulo Coelho e Lar Ribeiro vêm preencher, esta lhe parece importante e inovadora, porque põe em questão um fato social de enorme extensão e gravidade. É uma abertura da psicanálise para o social, sem perder de vista o eixo próprio da nossa prática, um pouco na direção do que propõe Otto Kernberg na sua entrevista. Que concepção do narcisismo e da angústia está presente aqui, para que a difusão e a aceitação destes livros possam ser lidas como resposta a uma nova configuração destas duas componentes psíquicas?

Maria Stella Sampaio Leite comenta o texto de Rubens Volich:

O artigo discute a representação do seio na sexualidade feminina e para o ser humano em geral. Ao longo da leitura, surgiu-lhe uma inquietação relativa à omissão de Freud quanto ao seio nas relações mãe-criança. Pensa que o texto coloca a mulher numa posição idealizada quanto ao prazer do amamentar, e que

esta talvez seja uma leitura masculina. Pensa ainda no poder desorganizador que tem a entrada da criança na vida da mãe. Será, afinal, que amamentar é tão prazeroso assim? Cita pesquisas recentes segundo as quais é bem alta a porcentagem de mulheres que não têm este prazer. Coloca esta questão para Rubens, e também pede que ele aprofunde a noção de emprise da criança sobre a mãe.

Maria Auxiliadora Arantes comenta o texto de Cecilia Meirelles:

O texto chamou-lhe a atenção desde o título, pois trabalha com uma contradição que Freud não quis resolver. Para apreendê-la, invoca o princípio do prazer e o narcisismo, buscando elaborar uma distinção sem realizar uma exclusão: processo civilizatório é a busca que faz com que as civilizações permaneçam, processo cultural é o que introduz a ruptura, levando a inovar. Como ilustrações, a autora discute a relação entre o movimento dos essênios e a tradição judaica, bem como o que aconteceu no Brasil quando os portugueses chegaram: o grupo tupiniquim abriu mão de suas especificidades e aliou-se aos colonizadores, enquanto os tupinambás preservaram a sua cultura.

A primeira questão que o texto lhe coloca é a da possibilidade de leituras macro (sociais) a partir das categorias psicanalíticas. Nesta direção, alguns outros aspectos poderiam ter sido pensados. A civilização é a busca de perfeição de quem? A hipótese é relativa ao narcisismo de quem? Comenta igualmente o princípio de realidade/princípio do prazer, tal como é colocado no texto. Enfatiza a questão da análise social a partir do instrumento psicanalítico.

Wilson Klein comenta o artigo de Elisa Ullhoa Cintra:

Diz ter aproveitado e apreciado a leitura, "delicada", e as aproximações feitas pela autora. Ficou-lhe a impressão de que seria importante aproveitar as contribuições que o pensamento de Nietzsche trazia para a noção de moral. Também tende a pensar que as aproximações devem ser feitas com critério. Nietzsche fica bem lá onde está, e sua contribuição deve ser procurada lá mesmo. Há uma demanda da cultura e da sociedade em relação à moral, aos valores, que não se dá exclusivamente no espaço terapêutico. A questão da transmutabilidade dos valores morais interroga o lugar social do psicanalista.

Renata Cromberg comenta o texto de Zeljko Loparic:

O autor se indaga: a ética que Jurandir Freire propõe é aceitável para Freud? Para Loparic, Jurandir constrói um pano de fundo que autoriza a sua análise.

Pergunta-se, ao recorrer ao pragmatismo, Jurandir não recorre também a um certo universalismo. Renata aponta nos dois textos a presença de certa concepção prévia da verdade. Já para Jurandir, o sujeito é determinado pela tradição ética.

Considerando o fundamento da ética proposta por Jurandir, Loparic vê nele a adesão a um certo democratismo conservador, que inibe a crítica à tradição. Há questões mais prementes do que a da minorias excluídas. O texto de Loparic critica o caráter acríptico do neo-pragmatismo. Aborda a idéia do nós ampliado, o sujeito político-coletivo; perspectiva aceitável na política, mas não na ética. Crítica o fascínio pela linguagem e aponta que a dor humana não vem à razão. Lembra o domínio da razão técnica, criticado por Heidegger.

Para Jurandir, enquanto psicanalista, o sujeito está como realidade psíquico-lingüística. As novas descrições enfatizam o poder performativo da linguagem. Há aí um esforço para "limpar" a psicanálise da metafísica, mas isso deve ser feito sem desfigurar a psicanálise, sem cair numa posição redutora. Para Rorty não há recalque. O pragmatismo esquece o pré e o não-dizível. Faltam a quebra, o indizível, a ruptura, etc. Quanto à ética, o autor considera que Jurandir não fez o luto pelo Senhor da moral, ignorando o peso da racionalidade técnica. Ao invés de ajudar a substituir a metafísica freudiana, troca-a pelo senso comum. Loparic pensa que Jurandir falha ao não considerar as regras internas de cada campo teórico em suas aproximações. Não se pode desprezar o dito. A desconstrução da metafísica não vai se dar pelos jogos de linguagem.

Renata comenta que, ao apontar em Jurandir uma prótese de Rorty e a ausência de uma história da ética, talvez haja neste texto uma certa irritação do filósofo pelo uso de seu instrumento em outro campo: mau-humor diante de um uso pontual da filosofia. Para ela, o debate entre Jurandir e Loparic apresenta um ponto de opacidade que se percebe nos dois textos: o fantasma do universal que em ambos se procura exorcizar acaba retornando pela porta dos fundos.

Flávio Carvalho Ferraz comenta o texto de Jurandir Freire Costa:

Prefere não se estender sobre o texto, e formula duas questões sobre as quais gostaria que Jurandir discorresse. Uma questão é supraproblematizante e refere-se ao estatuto da verdade. A verdade seria o que como tal é aprovado em contextos específicos? Pensa em como seriam a realidade e a verdade "sob descrição". A segunda questão é sobre a importância da pulsão de morte na teoria freudiana. Para Jurandir, a radicalidade de Freud estaria na contingência do psíquico. A barreira à pulsão de morte seria a razão ou seria Eros?

Silvia Alonso comenta a entrevista de Otto Kernberg:

Ela está bastante marcada pelo fato de o entrevista-

tado ser candidato à presidência da IPA. Vai abordar a entrevista naquilo em que ela melhor representa as questões do momento atual da Psicanálise, ou seja, a necessidade da abertura da psicanálise para o campo social e cultural, assim como a abertura das associações e da formação dos analistas.

O momento atual nos EUA implica uma crise em que a psicanálise passou a ter má reputação. De frente se com o anti-subjetivismo predominante, com a psiquiatria biologizante e com o empirismo da psicologia. Há ainda fatores econômicos, como a diminuição e a mudança da distribuição do orçamento para a saúde. Há ainda a crise resultante do próprio funcionamento das instituições analíticas, voltadas para a autopreservação e para o corporativismo.

A entrevista aborda a imagem das instituições da IPA, constituídas como seminários religiosos ou como escolas técnicas. Sugere que a melhor aproximação seria com a Universidade e com as escolas de arte, que favorecem o pensamento crítico e a possibilidade de uma transmissão que faça avançar a pesquisa teórico-clínica. Kernberg tem propostas específicas, sugerindo que sejam alterados os modelos de supervisão, para que também os supervisores apresentem casos e se movimentem. Sugere que o relato clínico seja debatido por dois supervisores, ou por analistas de diferentes linhas teóricas. São propostas interessantes, mas Silvia questiona se isto ainda seria uma supervisão. Aponta o risco de certa objetivação do caso.

O texto põe em questão as garantias da formação, pois cada instituição tem seus critérios. As instituições poderiam garantir o que? É uma questão contraditória, esta das garantias, para além da proposta de alguns critérios éticos. Como escreve Jurandir em seu artigo, a psicanálise é humanamente útil, ou vamos torná-la útil para que não morra? São dois pontos, dois lugares diferentes para colocar a psicanálise. E o que vamos fazer para que ela não morra?

Decio Gurfinkel comenta o artigo de Bernardo Tanis:

O texto valoriza o ponto de vista histórico e busca sua especificidade, propondo uma posição intermediária entre o simples evolucionismo e o ahistoricismo, através de uma articulação entre a bruxa metapsicologia e a fada pós-moderna. Trata a causalidade como processo não-linear. Aborda o determinismo do infantil, mas também inclui o que rompe, transforma, ressignifica, procurando uma articulação dos dois movimentos. Traz a idéia do histórico, da repetição e da conservação, em interação com o que chama de transformação em relação ao infantil, tanto na história do sujeito quanto na análise. A transformação inclui a intervenção que introduz a diferença. O artigo sugere um novo paradigma da temporalidade: a transformação permite a quebra da temporalidade restrita.

Nesta leitura, a meta da análise não é a evocação, e sim a simbolização: mas quais os limites da simbolização? Transferência: ato ou ação-representação?

Na transferência, a ação que representa tem seu próprio poder de simbolização. Quando há o ato-representação, não ocorre simbolização. Trata-se da diferença entre repetição neurótica e repetição traumática. André Green fala de um "déficit de representabilidade", quando a repetição está muito articulada à pulsão de morte.

Questiona Bernardo quanto a poder pensar uma clínica do esquecimento, do recalque, da amnésia e uma clínica das deficiências da memória, da procura do objeto. A seguir, Renato tece comentários a respeito das resenhas. Não é possível comentar cada uma e os livros a que se referem, mas no conjunto elas formam um território plural. Comenta esta pluralidade a partir de uma citação de Pierre Fédida segundo a qual, na psicanálise, "junta-se o que não se costuma junta". Menciona a resenha do livro de Alcimar: das aberturas surgem coisas novas, como a noção que o livro propõe, a seu ver um conceito novo: o de repulsa da castração. Isto lhe parece diferente da recusa.

Menciona também a variedade e o interesse dos artigos deste número. O eixo deles é o da abertura da psicanálise. Fazem pensar no que se faz em nome da psicanálise, e se ainda são práticas pertencentes a este território. Comenta que há uma ampliação das questões, uma expansão dos limites. Outro veio que liga os diversos textos da revista, dos artigos às resenhas e à entrevista, são as questões "técnicas", clínicas, do fazer cotidiano. Dentre elas, surge o tema do negativo e do positivo na clínica. Talvez no campo psicanalítico já não seja possível falar da psicanálise ou de uma psicanálise; o trabalho dos opositos engendra práticas diferentes.

(Abre-se o debate, que não reproduzimos na sequência direta, mas agrupando os diversos temas.)

Psicanálise e questões culturais

Cristina Ocariz faz a ligação entre os textos de Elisa e de Purificación, a partir de como é tratada a psicanálise, se temos ou não rupturas epistemológicas. É possível prescindir da teoria do recalque? Levanta a necessidade de revisar o uso dos conceitos, de esclarecer como os conceitos são utilizados em alguns artigos, ver que as vezes há usos simplistas. Elisa comenta que o debate obriga a ir para as exigências que fundamentam os conceitos.

Purificación argumenta que atualmente a noção de sexualidade, tal como aparece no caso Dora, não está ultrapassada, mas ampliada. Pode-se dizer que hoje a psicanálise está mais fina. Não sabe se, atualmente, somos mais narcísicos, ou se envergamos melhor o narcisismo. A noção de narcisismo também está circulando na cultura, e isso favorece sua expressão. Pensa que sim, é possível que narcisismo e histeria estejam mais próximos culturalmente e conceitualmente no que em 1905. Quando se acredita em estruturas matriciais fundantes (Édipo), vai-se buscar ao longo do tempo mais elementos a-históricos. É como pensar a questão do misticismo na atualidade. Seria

efeito de um outro tipo de repressão e de realização simbólica do desejo. É importante procurar o fundante sem se deslumbrar-se com ele.

Rubens Velich fala da ideologia civilizatória que permeia alguns artigos. Em sua opinião, o prazer não é aprendido. A erogeneidade é básica, até empírica, como se verifica a partir da escuta clínica. Lembra a escuta de mulheres em confronto com o câncer ou sua possibilidade. É como colocar um holofote sobre um órgão do corpo; devemos ter cuidado para não fetichizar este órgão.

Quanto à polaridade maternal/feminino, respondendo a Maria Stella, o que a mãe precisa é de mais emprise, mais dominação. Cita Pierra Aulagnier: as mães não são "coitadinhas". Não é ocasional que se use a articulação da função bebê-psiquismo. É importante a representação que a mãe tem deste órgão, a relação que a mãe tem com ele e com seu corpo.

Entre a questão de as mulheres terem prazer em amamentar e a política higienista, importa questionar o sentido latente da observação. As respostas das pesquisas podem estar mostrando que há aí um recalque, algo que não é admitido pela mulher, um recalque cultural.

Os problemas do infantil e da temporalidade

Bernardo se propõe a seguir dois eixos de pensamento. Nenhum trabalho acontece fora da cultura. Estamos atravessados pela cultura, querendo dialogar com a contemporaneidade. Quanto à questão do infantil, há o problema de como trabalhar com os construtos teóricos. O universo conceitual fica muito amplo. E o ato psicanalítico? Há momentos que são como degraus em que se fala do que se faz na clínica. Menciona a carta 52 e Laplanche. A inscrição e a tradução são formas de simbolização. Quanto menos inscrição houver, mais a simbolização fica importante. A simbolização permite pensar as condições clínicas, a singularidade do fenômeno clínico, sem técnica ou escuta únicas, com uma concepção não-substancialista do inconsciente. Pensa na importância de reduzir um pouco o campo conceitual e abrir mais o campo da clínica.

David Calderoni observa que é possível mudar o modo de relação com o infantil sem mudar o infantil. O questionamento permanente gira em torno de fazer novas inscrições ou mudar as inscrições, ou, como formula Silvia Bleichmar, questiona-se a possibilidade da neogênese. Há ou não há transformação pela psicanálise?

Cristina Ocariz comenta que não se mudam os fatos; Ana Maria Sigal acrescenta que o que muda é o nível tradutivo. Já para Silvia Alonso, o infantil não é o passado. O infantil tem a ver com uma concepção particular do tempo.

Bernardo retoma, contrapondo as noções de tempo cronológico e de tempo da repetição. Algo muda

na interseção destes dois tempos: a relação com o que estava cristalizado, e não o próprio cristalizado. Não se pode esperar que se simbolize totalmente. Fica uma certa referência do infantil.

Por que uma redescricao pragmática da Psicanálise?

Elisa pede a Jurandir que explique melhor o sujeito como rede de crenças e valores.

Jurandir agradece primeiro à Percurso pela oportunidade do debate, particularmente pelo encontro com alguém que pensa o contrário de suas idéias. Propõe-se a organizar sua resposta a partir da questão de Flávio, tomando como ponto de partida a teoria da verdade proposta por Davidson para procurar melhorá-la. Davidson busca fabricar critérios para a verdade.

Para Jurandir, as redescritões a que se propõe são um recurso para valorizar termos que Freud colocou. Freud também buscava referências extra-lingüísticas. Recorre a idéias como as de lembranças, reconstruções, lembranças encobridoras, lembranças dissociadas, fantasias que se podiam reconstruir. Quase desespera de encontrar o externo. Caminhou para duas soluções. No fundo, o que existe é pulsão de morte; mas as noções de pulsão e de pulsão de morte têm um poder heurístico, de explicação, um tanto limitado. Freud põe a teoria da pulsão quando não se contenta com o que havia até então. Por outro lado, Lacan coloca a marca no lugar da causa. Aí há o problema de como transformar o não-semântico em semântico. Como a letra pode adquirir sentido sem passar pela significação?

Freud partiu do chiste, partiu da língua comum. A cultura fornece padrões lingüísticos. A pragmática torna mais interessante a teoria do sujeito em Freud. Os movimentos da cultura formam e alteram a subjetividade. Nos Estados Unidos, por exemplo, embora se possa pensar que há uma grande diversidade cultural, ou seja, muitos modos de formar a personalidade, também há algo da prática lingüística que vem ordenar a economia interna. Pensa que a estrutura é uma abstração excessiva, e por outro lado a idéia de pulsão de morte é muito metafísica.

Acha possível articular a transferência com a redescricao e a interpretação. O analista se pergunta que reconstrução pode ser feita, como é que, lingüisticamente, organizamos a subjetividade. Acha importante não abrir mão das noções de recalque e de inconsciente. A redescricao é como uma retradução. É útil porque permite entrar na clínica. Permite seguir a constituição lingüística do sujeito. Menciona a contribuição de Osmir Faria Gabbi Jr. em seu livro Freud: racionalidade, sentido e referência.

Renato intervém dizendo que este debate toca questões essenciais da psicanálise; trata-se do que é ou não é essencial para ser psicanalista. Isto está presente nos diversos textos. Retoma então a ligação en-

tre redescricao, tradução e interpretação, e aponta o que seria a ausência de um centro ordenador metafísico. Parece que aí não há um centro no sentido ingênuo, mas também não é uma total ausência de centro, como na psicose. Chega-se a alguma rocha, algum ponto, algo mais básico? Qual seria a gravidade desta adesão metafísica a um centro?

Leitura filosófica da Psicanálise

Loparic diz que se preocupa com a força da gravidade, e não se trata apenas de brincar com o modo de falar. A descrição remete ao visível e ao invisível. A formulação da força da gravidade remete a critérios intelectuais que não podem ser reduzidos ao modo como falamos, porque inclui a matematização e interesses científicos. Quando Newton a descobriu, ficaram anacrônicos o senso comum e a teologia. Este tipo de coisa não cabe num etnocentrismo lingüístico. Quanto ao centro organizador metafísico: ele existe em Freud, mas não no pensamento de Jurandir. Isso então desfigura Freud, no sentido de um behaviorismo ingênuo.

Loparic diz que não é possível redescrever a metafísica de Freud sem a desfigurar. Criticar a metafísica de Freud não é fazer pouco caso dela. Em alguns casos, ele só tinha isso para utilizar. Jogando fora a metafísica, perde-se o que é específico da psicanálise. Traduzir e jogar fora o que não serve desfigura Freud.

Jurandir responde falando de relativismo, do que é útil em face do que se formula. Fala ainda a respeito de idéias matemáticas vencedoras e de categorias (raça, sexualidade, por exemplo) que são conceitos a priori, dos quais não se sabe quais são os limites organizadores. Há um centro organizador, mas ele vai sendo alterado. Quais as nossas noções mais fundamentais que não se alteram? Estamos diante de economias de desejo diferentes.

Em Freud também, as noções vão se alterando. Em 1937, ele diz que tudo são atributos. Em Lacan, então, fica tudo muito mais heterogêneo. Vida e morte no Zen, por exemplo, são muito diferentes do que estas noções no nosso imaginário. Freud tira suas noções da clínica e vai buscar recursos, para enunciá-las, na metafísica. A filosofia é uma atividade da consciência. Somos "relés" orgânicos banhados de linguagem.

Loparic responde que, entre Jurandir e Freud, prefere Freud. Diz que escolhe o seu Freud, dando-se ao trabalho de entrar na rede conceitual. Quando o filósofo lê, é preciso respeitar o dito, e não as preferências pessoais de quem lê. São exercícios intelectuais diferentes. Não é assim que o filósofo trabalha. É preciso fazer uma crítica metódica. Cita Freud, que se ancorou em Schopenhauer. Com Além do princípio do prazer, Freud introduz uma especulação transcendente. A pulsão e a pulsão de morte referem-se ao indizi-

vel. Mas pode-se fazer a experiência da pulsão de morte. É uma experiência que pode não ser pragmática, e não é aprendida. Silêncio não se aprende.

Alcimar intervém e fala da pulsão de morte numa leitura positiva. Assim, os acontecimentos permitem a simbolização a partir de uma marcação. Articula com as noções de anabolismo/catabolismo. A vida caminha para complexidades. A pulsão é um conceito central, mas não é metafísico. Remete a como se organizam as complexidades a partir do caos e não a partir do nada, a como os acontecimentos ganham representabilidade. Para isso é preciso sair do paradigma newtoniano e buscar outras correlações, como quando se saiu do pensamento teológico para a ciência. A psicanálise está aí, neste movimento de ressignificação, colocada na interdisciplinaridade. A questão é como integrar-se nisso sem perder a especificidade.

Loparic diz que a gravitação foi um conceito metafísico, foi até um absurdo metafísico. Cita Helmholtz, que explicava a noção de força no sentido de Kant, como uma entidade ficcional metafísica. É essencialmente não-vida. Decorre da especulação de Freud a respeito do inorgânico. É um modo ficcional de pensar. Discorda de que seja remetida a um caos de possibilidades.

Renata discorda de que Jurandir não faça uma leitura respeitosa dos textos, no sentido do filósofo, como Loparic apontou. Pergunta a Jurandir se não está tomando o social/político como eixo organizador. Será que, ao tomar os autores pragmáticos, Rorty, Davidson, não está privilegiando este eixo e empobrecendo seu próprio eixo?

Jurandir responde que o social/político são arranjos. Enfatiza que a concepção do sujeito como dependente de comunicação linguística tem valor quando se trata de "descristalizar" certos imaginários que, como psicanalistas, acabamos tomando como invariáveis universais.

Renato pergunta se o fato de haver constantes

re-descrições não seria um invariante; apesar das transformações, este invariante seria algo de nível trans-histórico ou trans-cultural?

Jurandir responde que são modos de aludir às diversas concepções do humano. Quanto ao uso da língua, mesmo o extra-linguístico é descrito na linguagem. As re-descrições não são behaviorismo, pois não se trata de tentar controlar os contextos da aquisição da fala. A re-descrição acontece sempre dentro de uma comunidade linguística e nunca é a própria experiência.

Luis Cláudio questiona se, ao tomar os humanos como sistemas neurais, não estamos pensando a linguagem numa perspectiva naturalista.

Jurandir: o biológico também é efeito de linguagem, e as próprias redes de linguagem são efeitos. Adotando a hipótese naturalista, poupam-se certos obstáculos. É a questão de alguém que não está satisfeito com certo modo de estar satisfeito.

Freud permite mudar isso, os modos de ser quanto à sexualidade o desejo, de ser homem, mulher, criança, etc. Permite escolher uma ética. Pode recriar imagens do sujeito. É o modelo dos transformadores, seguido depois por Lacan, Bálint, Ferenczi, Melanie Klein, etc. Por isto, continua considerando importante o instrumento da pragmática articulado à teoria freudiana do sujeito. Possibilita a quebra das categorias diagnósticas e deixa a liberdade de se surpreender com o sujeito. É muito empobrecedor pensar apenas com categorias universais.

Sobre a pulsão de morte

Celes quer fazer um comentário sobre a pulsão de morte, tomada como um princípio além do princípio do prazer. Tem por alvo acabar com a própria pulsão, zerar a própria pulsão. É o princípio de tender ao nada. Quanto à questão de Ana Maria Sigal: a positividade seria a da angústia como reação à presença do objeto. A negatividade seria a da angústia como sinal do ir para algo, sem saber o que será. O aparelho psíquico é construído para dar conta. O problema não é resolver a morte, é resolver a

vida, as invasões do que vem de fora, etc.

Deborah faz uma intervenção sobre seu artigo, falando da inércia mortífera do louco de rua. A rua trata pelos espaços que oferece. Ali o louco vive suas cenas, traçando redes de sustentação que parecem estar acompanhadas por personagens, e vai deambulando com eles. A indiferença da sociedade permite que o louco viva sua cena de modo mais facilitado do que na burocracia das instituições, a qual atrapalha as entradas e saídas. A cena inicial do paciente é de morte. A cidade é o desvio da morte. O acompanhamento terapêutico é útil porque a cidade pode ser morte, mas também pode injetar vida e multiplicidade.

Miriam pergunta no que esta situação solicita a psicanálise: seria pela interdisciplinaridade. É no ir para a rua como psicanalista. Deborah faz menção a um tipo de sobressalto. Maria Auxiliadora comenta que parece a rua ser um lugar prazeroso. Lembra Piera Aulagnier quanto ao prazer necessário e ao prazer suficiente. A rua coloca a questão do que seria o mínimo para que o eu sobreviva. Daí, no mínimo, vai-se ao prazer. Na condição da rua, isso é possível. A isto, Deborah responde que São Paulo tem as condições ideais. Miriam acrescenta que, para estes loucos de rua, qualquer outra condição seria a morte. Isso mostra que temos que mudar nossas idéias a respeito das condições.

Para não concluir

Do debate ressaltam algumas questões que atravessam a revista: a implicação da Psicanálise na sociedade, e certos problemas da prática clínica e da teoria (infantil, pulsão de morte, etc.). Esta ressonância dos artigos um nos outros, o fato de conversarem entre si, é algo buscado pela Comissão Editorial ao selecionar os trabalhos para publicação.

Renato Mezan agradece a todos os (numerosos) participantes e encerra o encontro, anunciando que o número 15 de *Percurso* será sobre *Psicanálise e Arte*: o debate respectivo será realizado no início do próximo ano.

DOS SETORES

Publicações - Sobre a prática das Sugestões Editoriais

Um dos procedimentos da Comissão Editorial de *Percurso* que parecem mais estranhos a alguns de nossos colegas, de dentro e de fora do Departamento, é a "intervenção" nos textos a serem publicados. Esta intervenção pode tomar formas variadas, da simples correção de erros de gramática até propostas que equivalem a reescrever trechos inteiros do trabalho, passando por to-

das as etapas intermediárias entre estes dois extremos.

Tenho dito em várias ocasiões que este é um procedimento normal em qualquer publicação científica. Os motivos que o justificam são a meu ver evidentes: como a escrita não é a ocupação principal de nenhum de nós, muitas vezes nos embarçamos ao expressar em letra de forma nossos pensa-

mentos, e cabe ao grupo de primeiros leitores que constitui a Comissão Editorial assinalar os pontos em que este embaraço torna difícil a compreensão de uma determinada passagem, seja por que defeito for - obscuridade, uso inadequado de um conceito, prolixidade, concisão excessiva, etc. Isto para não falar de outras questões, muito pertinentes mas cuja discussão não

lbe neste espaço.

Recentemente, submeti a uma revista americana, *The Psychohistory Review*, um capítulo de *A Sombra de Don Juan e Outros Ensaaios*, intitulado "Violinistas no Telhale: Clínica da Identidade Judaica". Recebi como retorno a carta abaixo, que reproduzo como contribuição pessoal ao debate sobre as funções da Comissão Editorial e, mais especificamente, sobre a prática de oferecer sugestões editoriais de maior ou menor abrangência. A título informativo, aproveito a ocasião para mencionar que uma contagem recente mostrou que, de cada três textos recebidos por *Percurso*, um é recusado, um aceito como veio, apenas se solicitando a padronização conforme "Normas" publicadas no final de cada número (posição das notas, uso de itálico, etc.) e um aceito com sugestões para mudanças, mais extensas ou menos, conforme o caso.

Eis a carta:

The Psychohistory Review
Universidade de Illinois - Springfield

Prezado Dr. Mezan,

Recebemos um parecer de nosso colega brasileiro a respeito do seu artigo sobre identidade judaica. Diz ele que se trata de um bom artigo, publicável, mas, em sua forma atual, demasiado longo para nossa revista. Também não está centrado em questões históricas, como nós preferimos. No entanto, eu teria interesse em incluir um trabalho de um *scholar* brasileiro, e tenho uma sugestão. Como o sr. estará cuidando da tradução - pelo menos foi o que compreendi, i.e. o sr. queria ter certeza de que o artigo seria publicado antes de se dar todo esse trabalho - seu esforço pode ser diminuído se o artigo for também reduzido. Poderíamos publicar 20 a 25 páginas, mas não 50. Por exemplo, o sr. poderia estudar a idéia de condensar sua discussão do livro dos Ortigues (p. 208-219), resumindo-a em um ou dois parágrafos. Isto também teria como efeito conferir um peso relativamente maior às partes do seu artigo que são mais sobre interpretação histórica. Naturalmente, há muitos outros

lugares em que as citações e resumos poderiam ser abreviados; deixo isto ao seu julgamento. Para a maioria de nós, escrever é uma tarefa desafiadora, e a idéia de reduzir à metade algo em que o sr. investiu tempo poderia não lhe ser atraente; eu certamente compreenderei se tal for o caso.

Não há muita pressa, já que nossos números estão razoavelmente planejados até daqui a um ano. De qualquer modo, se estas condições lhe parecerem interessantes, ficaremos felizes em publicar, em algum momento no futuro, um artigo seu, mais curto e mais centrado historicamente.

Cordialmente,

Larry Shiner
Editor

Fica aqui a referência; acrescento apenas que a proposta me pareceu razoável, e que em breve enviarei o texto traduzido e reduzido às proporções indicadas.

Renato Mezan

DOS SETORES

/ Grupo de Estudos

O ano de 1995 foi de muita atividade para o Setor. Continuamos com os trabalhos que tínhamos em instituições de estudos em psicanálise, tais como o Cepyb, em Barretos e a Universidade de Londrina (UEL).

Na UEL, terminamos um curso de Introdução à Psicanálise de 4 módulos, com a duração de 7 meses cada módulo e fomos convidados a organizar um outro, dentro da mesma proposta, com quatro módulos, visando uma aproximação com os conceitos básicos da Psicanálise e outro, que após terminado o processo de módulos introdutório, tem estudado os quadros clássicos da psicopatologia e deverá continuar com a abordagem teórico-clínica no começo do próximo ano.

Em março concluímos um trabalho realizado em Taubaté que atualmente segue

sendo administrado pelas coordenadoras do próprio Centro de Estudos. O mesmo Centro tem, em variadas oportunidades, convidado membros do Departamento para diversas atividades, tais como palestras e grupos de estudo.

No começo do ano fizemos um amplo convite para que mais colegas do Departamento viessem compartilhar do nosso trabalho e com a especificidade das atividades que desenvolvemos.

Como resultado temos quatro novos membros do Setor que estão participando ativamente das reuniões de discussão e preparação das tarefas que temos, assim como, contribuindo para "oxigenar" as idéias no Setor, o que é sempre muito enriquecedor, além de altamente desejável.

Internamente, temos estado a todo momento envolvidos com a dimensão forma-

tiva nas instituições em que desenvolvemos atividades, avaliando o percurso decorrido até aqui e tentando criar novas e mais ricas formas de intervenção.

Como parte desse trabalho temos dado ênfase especial ao que chamamos "grupos de retaguarda". Trata-se de pequenos grupos onde se encaixam vários membros do Setor, cujo foco de trabalho é acompanhar a atividade do coordenador, discutindo o andamento do grupo, o conteúdo programático e as questões institucionais que se colocam.

Temos avaliado que essa forma de trabalho tem contribuído não só para aperfeiçoar o trabalho nos grupos como também instiga-nos nas nossas próprias questões de formação e institucionais.

Esperamos para 96 poder comunicar ao Departamento novamente o andamento de

nossas atividades, com discussões mais e mais abrangentes originadas na questão central de nossas preocupações: a transmissão do conhecimento psicanalítico.

Setor Grupo de Estudos: Ana Lúcia Panachão, Clarissa Silbiger Olliva, Cleide Monteiro, Daisy Maria Ramos Lino, Maria Antonieta Whately, Maria Lúcia Trezza Bersou, Marise Bartolozzi Bastos.

Marli Ciriaco Vianna, Rubens Abel Trucco, Tania C. Hammoud, Teu Leopoldi, Yone Maria Rafaeli.

DOS SETORES Clínica

O Grupo Clínica do Depto. está com a quase totalidade de seus membros trabalhando na Clínica Psicológica do Instituto Sedes-Novo Projeto.

Estamos inseridos nos mais diferentes lugares de produção e atendimento: triagem, núcleos de referências, coordenações de setores, convênios, etc.

Além das pessoas que integram o Grupo Clínica do Depto. que vem trabalhando um projeto para o Setor Clínica, outros membros do Depto estão envolvidos com a Clínica do Instituto. A perspectiva é consolidar um Projeto, originalmente formulado, em seus contornos mais gerais, como Clínica de Serviços, e que, a partir de um ano de implantação e de um processo de avaliação (ocorrido nos últimos meses), está sendo revisto e modifi-

cado.

Estivemos detectando e analisando alguns pontos de estrangulamento no trabalho em andamento e a reflexão sobre os mesmos nos conduziu a modos de funcionamento institucional que, pensamos, requerem transformação.

Muitos textos foram produzidos, textos que abordam de maneira contundente as contradições vividas neste contexto em que a Clínica de Serviços não se efetivou completamente e os atendimentos ainda dependem, em grande proporção, da Clínica de Cursos.

Todos os Setores da Clínica: Recepção e Triagem, Centros Clínicos (criança, adolescente, adulto/terceira idade); Assuntos Externos - Cadastro - Instituições; Pesqui-

sa; Psiquiatria; Assistência Social, etc., es-tiveram engajados na relexão e produção de textos e todo este material (material de avaliação de um ano de implantação do Novo Projeto da Clínica Psicológica do Instituto) encontra-se à disposição, para consulta, na Biblioteca do Sedes.

Informamos ainda, que o Grupo Clínica do Depto encontra-se discutindo com a Comissão Coordenadora Geral do Depto, alguns tópicos referentes à constituição de um Setor Clínica para o Depto de Psicanálise, ser veiculado no próximo semestre.

Cleusa Pavan

Grupo Clínica: Cleusa Abreu, Cleusa Pavan, Cristina Petry, David Calderoni, Denise M. C. Cardellini, Maria Antonieta Whately, Maria Lucia Calderoni, Regina Guise.

DEPOIMENTO

Meu interesse pela psicanálise, grupos e instituições vem de longa data, antes mesmo de concluir minha tese sobre grupos de crianças na Instituição onde trabalhei, no Peru, de 1976 a 82.

No Brasil, tive oportunidade de continuar aperfeiçoando minha prática, graças ao convite que em 1985, a então coordenadora de Saúde Mental do Estado (Ana Pita) me fez para supervisionar profissionais de Ambulatórios de Saúde Mental e lá introduzir o trabalho com grupos de crianças.

Desde então tenho pensado sobre a dificuldade de se realizar uma supervisão estritamente clínica, no interior de uma instituição.

Em 1994 recebi um convite para trabalhar em Araraquara, interior de SP. O pedido era duplo: supervisionar o trabalho de profissionais que atendiam grupos de crianças e paralelamente desenvolver um curso teórico sobre o tema. O trabalho seria no ERSA 22 sendo que alguns grupos teriam supervisão e curso teórico e outros apenas supervisão.

A primeira questão era: seria possível realizar ambas as experiências? O medo era de estar ali como uma "supervisora programática" que vem com um programa pronto para aplicá-lo. As questões estavam ali e isto era suficiente para eu estar alerta a suas repercussões no meu trabalho. As conclu-

sões deste trabalho resumidamente foram:

- 1 - A experiência nos mostrou ser possível uma intervenção nas instituições da rede pública que não só a supervisão clínica-institucional.
- 2 - A junção de um enquadre de supervisão e de curso teórico mostrou ser uma prática muito produtiva.
- 3 - A equipe mais beneficiada foi a que teve supervisão e curso teórico. Seus membros tiveram uma atitude criativa, necessária no serviço público, levando adiante propostas antes não pensadas (como um grupo específico de problemas de linguagem), e acrescentando ao roteiro fornecido por nós para diagnóstico em grupo, um roteiro es-

pecífico de observações fonoaudiológicas.

4 - As famosas e angustiantes "listas de espera" diminuíram devido ao atendimento, triagem e diagnóstico em grupo. Pôde-se mostrar que as listas de espera foram bastante reduzidas porque o enquadre grupal, na medida em que favoreceu uma acolhida institucional, permitiu uma resolução de muitos casos já nos primeiros encontros de triagem e diagnóstico.

5 - O grupo de Araraquara apresentou um relatório à Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo onde consta que atualmente estão funcionando 20 grupos; entre eles: "grupos de reflexão de pais, de curta duração", "grupos terapêuticos", "grupos de vínculo mãe-filho, para estimulação precoce", "grupos de adolescentes", "grupos de fonoaudiologia" e "grupos de diagnós-

tico". Esta mesma equipe, solicitou à Secretaria de Saúde, uma ampliação do contrato de supervisão diante dos bons resultados obtidos.

Esta experiência positiva me levou a propor em agosto/95, um curso de extensão: "Abordagem Grupal nas Instituições de Saúde Mental" à Diretoria de Sedes, que foi aprovado.

O curso foi dado em parceria com o Dr. Waldemar Fernandez, médico-psiquiatra, fundador do núcleo de Estudos de Psicanálise das Configurações Vinculares (NE SME) e ex-presidente da FLAPAG - Federação Latino-Americana de Psicoterapia Analítica de Grupo. Este curso está agora sendo proposto como Curso de Especialização, à pedido dos alunos.

Atualmente estamos realizando também

um outro curso para 25 profissionais da área de saúde mental, na cidade de Matão. São profissionais que trabalham em diversos locais, como hospitais, centros de saúde, Conselho Tutelar, etc. As discussões sobre a prática clínica são as que despertam maior interesse.

Espero que esta descrição sobre os trabalhos que venho realizando possa contribuir tanto para a prática como para o estudo mais aprofundado das relações entre a psicanálise, as instituições e o lugar do analista nos grupos e permitir assim que nosso trabalho sejamultiplicador de práticas con-dizentes com a realidade e as necessidades de nossa população.

Maria Antonieta Pezo Fisch

Conselho Editorial: Elisabeth Antonelli Gaiarsa, Eva Wongtschowski, Henriette Abramides Bucarechi, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Sônia Maria Rito Neves.

Produção Gráfica: Ribeiro Artes Gráficas - Fone: 575-8515.